

Operação Compliance Zero

Vorcaro dispara contra a PF

Dono do Master narra pressões e ameaças e diz que sua relação pessoal com diretor-geral da corporação tornou inviável a delação

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA
» RAFAELA BOMFIM*

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, narrou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma série de pressões e ameaças que atribuiu a equipes da Polícia Federal. O banqueiro disse ter sido alvo de “agressões” para evitar que firme um acordo de delação premiada. Na oitiva, autorizada pelo ministro André Mendonça, à qual o **Correio** teve acesso, o empresário afirma que sua relação pessoal com o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, tornou inviável, segundo sustentou, uma nova tentativa de colaboração com a corporação. O investigado na Operação Compliance Zero disse ainda que Rodrigues participou de eventos ligados ao banco, fez viagens com ele e esteve em situações que pretendia relatar à Justiça.

O depoimento ocorreu em 27 de agosto, a pedido da defesa do banqueiro. Vorcaro alegou estar sofrendo “graves intimidações” e solicitou ser ouvido com urgência. Nenhum representante da Polícia Federal participou do depoimento. De acordo com o gabinete de Mendonça, em casos do tipo, a equipe de investigação não acompanha a audiência, mas a presença do Ministério Público, que é obrigatória, foi garantida.

Ao explicar por que tinha resistência em apresentar uma nova proposta de colaboração, o empresário afirmou que passou a discutir

o assunto com um novo advogado, mas encontrou dificuldade diante de seus vínculos anteriores com integrantes da corporação.

“Entrou um advogado novo, a gente queria construir uma nova colaboração. Me sinto desconfortável de propor uma colaboração, em que a gente tem um diretor-geral da Polícia Federal com quem eu tinha uma relação”, declarou. Vorcaro afirmou ainda que Andrei Rodrigues “frequentou eventos” e acompanhou parte do crescimento do Banco Master. Segundo o banqueiro, o diretor-geral também esteve presente em outras situações que ele gostaria de incluir no relato. “Não tem a menor chance disso se viabilizar e dar certo”, disse.

Questionado sobre a relação com Rodrigues, Vorcaro afirmou que não se tratava de amizade, mas de uma convivência “cordial”. Ele citou viagens com as companheiras, jantares, encontros de charuto, eventos do banco e convites para atividades da Fórmula 1.

Vorcaro também confirmou que o nome de Andrei Rodrigues estaria entre aqueles relacionados aos fatos que pretendia apresentar em uma eventual colaboração. “Pelo meu entendimento, não há possibilidade de eu prestar uma colaboração cujos fatos envolvem as pessoas que estão escutando a colaboração”, afirmou.

Em outro trecho, enfatizou que, nos últimos dois anos, desenvolveu relações com integrantes do “núcleo de poder atual”, incluindo

Reprodução



Vorcaro contou, em depoimento ao gabinete de Mendonça, que desenvolveu relações com o “núcleo de poder atual”

pessoas ligadas à Polícia Federal, e afirmou que algumas dessas aproximações ocorreram em situações nas quais buscava se proteger.

Banco de Brasília

Vorcaro frisou ainda que o esquema envolvendo o Banco de Brasília (BRB) atingiu pessoas de “diversos escalões”. De acordo com ele, muitas das pressões têm como motivação a amplitude de pessoas atingidas pelo caso do Master relacionadas ao BRB. Vorcaro não detalhou nomes

dos eventuais envolvidos, mas ressaltou acreditar que pessoas ligadas ao banco distrital estão envolvidas em tentativas de impedir que ele conte o que sabe às autoridades.

“A própria Polícia Federal é uma instituição que eu respeito. Pelo contrário, eu acho que é uma instituição que todo brasileiro tem orgulho, mas eu acho que têm pessoas lá dentro que estão utilizando da organização para fazer proteções pessoais e para fazer política. Por quê? Porque o envolvimento, no caso do Banco de Brasília,

acabou afetando pessoas de diversos escalões, inclusive da própria polícia.” O banqueiro disse que os detalhes serão repassados apenas ao próprio Mendonça.

Tarcísio e Bolsonaro

Vorcaro também narrou que repasses feitos em forma de doação de campanha para Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas foram oriundas de propina acertada com o ex-prefeito Gilberto Kassab.

O banqueiro doou R\$ 3 milhões

para a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à reeleição, além de ter aportado R\$ 2 milhões na conta eleitoral do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por meio de repasses feitos por Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

Segundo informações da proposta de delação do ex-banqueiro, os repasses serviram como “contrapartidas financeiras” realizadas após um “ajuste indevido” com o cacique do PSD, Gilberto Kassab, que é vice de Ronaldo Caiado na corrida presidencial. No documento consta que seria uma compensação pela “manutenção do Credcesta no governo Tarcísio”.

O Credcesta é uma espécie de cartão de crédito consignado para servidores públicos, operado pela PKL One Participações, ligada a parentes de Augusto Lima, sócio de Vorcaro.

Em nota, Tarcísio negou irregularidades e disse não ter contato com Vorcaro. “A campanha de Tarcísio de Freitas de 2022 contou com mais de 600 doadores e foi conduzida em estrita observância à legislação eleitoral. O governador não possui qualquer vínculo ou relação com o doador citado e não tinha conhecimento prévio de eventuais condutas alheias à campanha”, frisou. “A prestação de contas foi regularmente apresentada e aprovada pela Justiça Eleitoral.” Procurada, a defesa de Bolsonaro não se manifestou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Victor Piemonte/STF



Gilmar quer mudança na relação de ministros com delegados da PF

Gilmar sugere retirada de agentes de gabinetes do STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), passou a defender uma mudança na relação entre a Corte e a Polícia Federal. O decano sugeriu a retirada de delegados da corporação que atuam nos gabinetes dos magistrados. A proposta começou a circular internamente e deve entrar no radar das discussões entre os integrantes do tribunal.

A ideia é rever o modelo que permite a atuação direta de integrantes da PF junto aos gabinetes de ministros responsáveis por investigações que tramitam no Supremo. Na prática, delegados podem auxiliar na interlocução e no andamento de procedimentos submetidos à supervisão da Corte. Gilmar quer modificar essa dinâmica e afastar os policiais da estrutura dos gabinetes.

A movimentação ocorre em um momento particularmente sensível na relação entre o STF e a Polícia Federal. Nas últimas semanas, apurações de grande repercussão política voltaram a colocar sob os holofotes a forma como são conduzidos inquéritos que passam pelo Supremo e a interlocução mantida entre investigadores e ministros responsáveis pelos casos.

A proposta de Gilmar também surge em meio ao desgaste provocado pelas revelações envolvendo o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e integrantes da Corte. O caso ganhou uma nova dimensão depois que o ministro André Mendonça determinou a retirada do sigilo de documentos das investigações. O episódio colocou o ministro

Alexandre de Moraes no centro das atenções diante da divulgação de informações sobre contatos mantidos com Vorcaro.

A crise levou o presidente do STF, Edson Fachin, a afirmar que os fatos exigem “serenidade, responsabilidade e firmeza” e que eventuais medidas serão anunciadas depois da análise dos elementos disponíveis.

É nesse ambiente que a discussão sobre a presença de delegados nos gabinetes ganha peso. A avaliação é de que o desenho atual precisa ser revisto para estabelecer uma separação mais clara entre quem conduz as investigações e os magistrados responsáveis pela supervisão judicial dos procedimentos.

“Lamentável”

Em nota, o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar Paiva, classificou como “lamentável” a iniciativa de Gilmar. “Os profissionais destacados para atuar nos gabinetes dos ministros estão ali justamente em razão de sua expertise e de seu conhecimento técnico, características próprias da atividade de delegado da PF”, argumentou.

“Certamente os problemas atuais da Suprema Corte não são responsabilidade dos delegados de Polícia Federal, nem dentro, nem fora da polícia. Talvez demonizá-los seja apenas o caminho mais fácil para tirar o foco dos problemas que realmente merecem solução”, frisou. (AH)

GRITARAM COM ELA. TODOS OUVIRAM. NINGUÉM FEZ NADA. EU DENUNCIEI.

Chega de assistir à violência contra a mulher. Combate ao feminicídio também é papel do homem.

DENUNCIE. LIGUE 180

Durante muito tempo, a violência contra a mulher tem sido tratada como algo privado. Mas não é. Não pode ser.